

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1644606 - MG (2016/0328507-8)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
EMBARGANTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EMBARGADO : ELIETE RODRIGUES LEITE
ADVOGADOS : LEONARDO JOSE SANTANA BISPO - MG104617
ANDRE CORREA CARVALHO PINELLI E
OUTRO(S) - MG075853N

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material.
2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator